



RESENHA

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

Lucian Armindo da Silva Brinco – UFSM – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil
lucianbrinco@gmail.com

Benhur Pinós da Costa – UFSM – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil
benpinos@gmail.com

RESUMO

A presente resenha discorre sobre o livro intitulado “*Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças*”, de Richard Miskolci, que faz sua discussão a respeito de como o processo educativo é centralizado em um modo/modelo cisheteronormativo. Esse autor conduz a reflexão sobre a forma como o sistema de ensino-aprendizagem interfere e condiciona as relações sociais, que, direta ou indiretamente, pressiona à normatização das pessoas. Concomitante a isso, por meio do debate que envolve a Teoria Queer, o pesquisador aponta para a urgente necessidade de rompimento dessa forma de pensamento, principalmente no que diz respeito à gênero e sexualidade.

Palavras-Chave: Cisheteronormatividade; Gênero; Processo de Ensino-Aprendizagem; Sexualidade; Teoria Queer.

ABSTRACT

This review discusses the book entitled “*Queer Theory: a learning by differences*”, by Richard Miskolci, which discusses how the educational process is centered on a cisheteronormative mode/model. It leads to a reflection on the way in which the teaching-learning system interferes and conditions social relations, which, directly or indirectly, pressure people's normalization. Concomitant to this, through the debate that involves Queer Theory, the researcher points to the urgent need to break this way of thinking, especially with regard to gender and sexuality.

Keywords: Cisheteronormatividade; Gender; Teaching-Learning Process; Sexuality; Queer Theory.

Richard Miskolci, professor de sociologia do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e membro do programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), conduz a reflexão sobre a forma como o sistema educacional interfere e condiciona as relações

sociais, que, direta ou indiretamente, pressiona à normatização das pessoas. Em seu livro *“Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças”*, o autor discute a respeito de como o processo educativo é centralizado em um modo/modelo cisheteronormativo¹. Desse modo, por meio do debate que envolve a Teoria Queer, o autor aponta para a urgente necessidade de rompimento dessa forma de pensamento, principalmente no que diz respeito à gênero e sexualidade.

Nesse sentido, Miskolci (2016) faz o resgate histórico, perpassando pela época do regime militar brasileiro, com considerações sobre como o ambiente escolar tornou-se autoritário, disciplinar e homogêneo. Coloca que o período caracterizou-se por ser uma “pedagogia da masculinidade”, ou seja, uma normalização das práticas educacionais que reproduziam um “modelo ideal de homem” e “outro modelo ideal de mulher”, em que o primeiro representaria a figura da brutalidade, que detém a capacidade de domínio de si e dos outros, e o segundo da submissão e da fraqueza.

Miskolci (2016, p. 10), ao falar da pedagogia da masculinidade, coloca: “Um ‘homem de verdade’, hoje percebo, era o que impunha seu poder aos outros e a si mesmo à custa de sua própria afetividade”. Dessa forma, a educação passaria a auxiliar no predomínio dos padrões machistas, como um modelo educacional cujos efetivos seriam destrutivos para as pessoas não coerentes com o padrão binário do gênero e dissidentes da heterossexualidade. Não somente em relação a tais diferenças, mas compondo uma carga de obrigações traumatizantes as próprias condições dos sujeitos cisgêneros e heterossexuais, em que os homens são submetidos a “[...] recusa da afetividade que lhes era imposta, por uma (de)formação que os tornava incapazes de compreender as mulheres como iguais, tampouco de confiar em outros homens como confidentes de seus temores ou dores” (MISKOLCI, 2016, p. 11).

Entretanto, nota-se que praticamente nada mudou desde o período mencionado e que, muitas vezes, o processo de ensino-aprendizagem ainda mantém-se como autoritário em não contemplar as diferenças de corporeidades dissidentes da norma

¹Rosa (2020, p. 63-64) define “Cisheteronormatividade” como sendo as práticas que envolvem marginalização, repressão, perseguição e conformação de pensamentos, atitudes sociais, crenças ou políticas que dizem respeito especificamente à sexualidade e ao gênero dos indivíduos. Isso faz com que a heterossexualidade seja compreendida com algo intrínseco e natural ao ser humano e qualquer desvio que possa ocorrer como sendo antinatural e que é passível de correção, perseguição e destruição.

cisgênero e do imaginário heterossexual. Sem dúvida, há a urgente necessidade de se (re)pensar, através de um pensamento crítico-reflexivo-emancipatório, este cenário que, mesmo em pleno século XXI, está fortemente presente em âmbito educacional. É preciso que surjam discussões sobre o aprendizado e a normatização social, com rompimentos na imposição de modelos de como ser homem ou mulher, principalmente em uma sala de aula que trabalhe com a perspectiva da Teoria Queer.

Miskolci (2016) salienta de que o processo de ensino-aprendizagem deveria ser construído incessantemente por meio do diálogo/da problematização e acerca do contato com as diferenças. Ele também questiona a postura de neutralidade na formação dos/as professores/as e da própria escola, que faz dela uma das principais ferramentas para a construção da heterossexualidade como algo propriamente compulsório.

No decorrer do livro, Miskolci (2016) também menciona dois termos importantes para se pensar no rumo da educação: diversidade e diferença. O primeiro conceito liga-se à ideia de tolerância ou de convivência, para manter intocada a cultura dominante, com uma concepção horizontal das relações sociais. Em outras palavras, pode-se dizer que o conceito está atrelado ao multiculturalismo, remetendo ao mundo onde o sujeito apenas suporta o convívio com o outro, mas não respeita, valoriza-o. Reconhece que existem diversidades, mas não a importância das mesmas. Já a palavra diferença ampara-se no reconhecimento do sujeito, colaborando para transformação social e das relações de poder. Nessa concepção, todos os indivíduos são únicos, diferenciam-se uns dos outros. No entanto, tais diferenças devem ser vistas como algo importante dentro de um grupo, da sociedade. O outro não deve ser tolerado por ninguém, mais sim que as suas particularidades/singularidades sejam valorizadas.

Desse modo, a proposta da Teoria Queer é justamente ser uma política da diferença, reenviando o reconhecimento do indivíduo, em suas singularidades, para transformar a cultura hegemônica, com uma forte crítica ao pensamento multiculturalista e da retórica da diversidade. Há a necessidade de ir, conforme a Teoria destaca, além da tolerância, mudando a cultura como um todo por meio da incorporação da diferença, reconhecendo o “outro” como parte de todos nós,

valorizando, compreendendo e, de fato, incluindo-o. Além disso, ressalta-se que o queer aponta para pensar justamente a diferença e não a diversidade, porque busca a transformação das estruturas. A Teoria busca sobretudo o combate a cisheteronormatividade, como sintoma estrutural da sociedade que oprime mulheres, marginaliza outras identidades de gênero e orientações sexuais, mas, também, imprime uma série de traumas aos próprios homens heterossexuais.

Nessa perspectiva, Miskolci (2016) lembra que a sexualidade, compreendida como um aparato, permite que o Estado e as instituições controlem as pessoas através de investimentos biopolíticos na educação. Um exemplo acerca dessa interferência é o crescente entrelaçamento dos currículos escolares com as regras e princípios do mercado de trabalho. Por isso, a Teoria Queer leva a reflexão sobre a heteronormatividade, entendida, resumidamente, como a ordem sexual do presente, na qual todos são criados para serem heterossexuais, sendo um modelo social regulador das formas como as pessoas se relacionam, seja na vida diária, no trabalho ou nas relações sociais em geral. Portanto, a Teoria vai questionar os dispositivos da biopolítica presente nas escolas brasileiras e dos demais territórios que controlam/disciplinam corpos e desejos, causando tristeza a quem ousa ser diferente.

A proposta é justamente pensar a sexualidade ou outras diferenças como parte da vida cotidiana, não afetando as pessoas apenas como assunto de saúde pública, como foi o caso da AIDS, que acabou reforçando imagens negativas em torno da homossexualidade a partir da década de 1980. Em síntese, a Teoria Queer associa-se a um movimento contemporâneo na área da educação que busca repensar sobre a sua forma de atuação e seu papel social. Ela coloca abaixo a reprodução do racismo estrutural e da cisheteronormatividade.

Nesse seguimento, a temática trabalhada para Teoria queer não é somente as normas binárias de corpo, gênero e sexualidade, mas tratar da problemática da abjeção. Como abjeto, tem-se que não é simplesmente o que ameaça a saúde coletiva (com o exemplo da aids, tida como um castigo aos que não seguiam a ordem sexual tradicional) ou a visão de pureza que permeia o social, porém o que perturba a identidade, o sistema, a ordem. Esse termo é extremamente importante, dado o fato de pessoas

serem socialmente aceitas e outras relegadas, humilhadas, desprezadas pelo coletivo, chamadas e/ou consideradas de estranhas, sobretudo, abjetas.

A abjeção leva a violência e, no caso do Brasil, os dados mostram que os atos contra pessoas queer são altos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022) do Brasil mostra que, atualmente, foram registradas 35,2% a mais de agressões, 7,2% a mais de homicídios e 88,4% a mais de estupros de pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades de gênero ou orientação sexual que não foram compreendidas pela presente sigla).

A abjeção é facilmente associada à sexualidade, pois envolve o desejo, o afeto, a autocompreensão e até a imagem que os outros projetam/possuem de nós. Miskolci (2016) destaca que considerar uma pessoa como sendo “poluidora” ou mesmo querer ter distância dela por ser diferente dos demais é uma injúria. Algo que na escola deveria ser revertido, visto que ela é, depois da família, a principal responsável pela educação, a instituição que tem um poder muito grande para modificar ou manter os arranjos sociais.

O queer busca tornar visíveis as injustiças e violências por trás da disseminação e do cumprimento de normas e conversões culturais, que atingem tanto os “normais” quanto aqueles considerados “anormais”. Além disso, as reflexões feitas pela obra resenhada levam ao seguinte questionamento: A homossexualidade é uma construção social, mas a heterossexualidade também não é?

Na perspectiva queer existe um alvo crítico que incide na busca constante pela construção de uma sociedade que seja realmente mais justa e igualitária. Desse modo, a educação pode evitar ou mesmo corroborar para que todos, independentemente das suas escolhas/decisões a respeito de amorosidade ou sexualidade, não adotem e disseminem preconceitos através da adesão de modelos comportamentais.

Ao longo do livro, Miskolci (2016) também destaca outros conceitos importantes para a presente discussão: Heterossexismo e Heterossexualidade Compulsória. O primeiro diz respeito à pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais. O segundo é compreendido como uma imposição de um modelo das

relações amorosas ou sexuais, ou seja, estabelecido entre pessoas do sexo oposto. Desse modo, com base na reflexão proposta pelo autor, questiona-se: de que modo tais concepções impactam na comunidade escolar? de que modo a escola contribui para (re)produção desses termos?

Muitos materiais, como os livros didáticos, por exemplo, a partir do momento em que são interpretados à luz da Teoria Queer, revelam a existência de modelos, padrões, comportamentos, estereótipos, que desconsideram as diferenças. Por meio de um olhar atento, crítico e/ou reflexivo, percebe-se que vários recursos escolares e inúmeras atividades pedagógicas desenvolvidas desconsideram aspectos voltados para gênero e sexualidade. No entanto, é importante notar que muitos deles não trabalham tais aspectos, mas, inconsciente ou de maneira intencional, reproduzem padrões morais, conservadores e antiquados.

Em geral, os livros didáticos não trazem imagens de casais homossexuais, por exemplo, que podem ser inseridas ao trabalhar com qualquer conteúdo. Muitas das sequências didáticas desenvolvidas pelos docentes também falam somente do homem e da mulher, como se apenas tais sujeitos existissem. Por isso, nota-se que as questões que envolvem gênero e sexualidade na maioria das vezes não são tratadas como um tema transversal dentro das várias disciplinas. Por esses motivos, ressalta-se que as diferenças são fortemente desconsideradas dentro das práticas pedagógicas.

Assim sendo, percebe-se, no contexto atual, que existe um grande despreparo para lidar com o diferente na educação. Certamente, é necessário o desenvolvimento de atividades que mostrem para os/as educandos/as famílias com duas mães, com dois pais, por exemplo. Entretanto, é preciso ir muito além. É importante problematizar com os/as discentes as temáticas referentes a gênero, corporeidade e sexualidade na escola, questionando-os/as: O casamento realmente é importante? Casar-se é, de fato, necessário para construir uma família? O que gera um casamento realmente feliz? Existem corpos perfeitos? O que é um corpo imperfeito? O que impede pessoas do mesmo sexo de terem um relacionamento sexual e/ou amoroso saudável, construtivo, admirável como qualquer outro?

Dessa forma, observa-se que questionar as estruturas na escola é um dos primeiros passos em direção a um mundo não normativo. Ao invés da escola punir, vigiar ou controlar aqueles/as que rompem as normas e os padrões estabelecidos, é importante que ela trabalhe no desenvolvimento de um próprio educar (MISKOLCI, 2016).

Por fim, nota-se a relevância da obra resenhada, seja na esfera educacional ou mesmo social, uma vez que ambos devem ser vistos de uma maneira holística, como reflexo um do outro. Obviamente, o presente livro contribui para o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem centrado no ser humano. Ele colabora para construção de uma escola resinificada, que liberta-se daquilo que antes era considerado estranho, anormal, abjeção. A partir da incorporação da Teoria Queer na sala de aula, há o surgimento de um mundo que prioriza as diferenças, que é aberto para o futuro e que compreende a unicidade de cada pessoa e que, acima de tudo, respeita, valoriza, enxerga-a como parte do todo.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança pública de 2022. Segurança em números. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/ppgseg/2022/06/28/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2022-atualizado/>>. Acesso em 20 de set. 2022.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição social. **PET – Filosofia UFPR**, Curitiba, v. 18, n. 2, 2020.

Lucian Armindo da Silva Brinco - Possui Graduação em Geografia (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da UFSM.

Benhur Pinós da Costa - Docente do Departamento de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ Espacialidades Urbanas. Integrante do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER). Integrante do coletivo de pesquisadores sobre Múltiplas Territorialidades e Microterritorialidades nas Cidades. Membro da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidade Ibero Latino-Americana.

Recebido para publicação em 03 de outubro de 2022.

Aceito para publicação em 30 de novembro de 2022.

Publicado em 27 de dezembro de 2022.